

Maria Helena Silveira: trajetória e contribuições na interface entre educação e programas de saúde¹

Lia Ciomar Macedo de Faria

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

Adriana Coimbra Buin Lins

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Brasil)

Resumo

A historiografia da educação tem avançado no resgate de protagonismos femininos. Contudo, permanecem personagens singulares a serem exploradas. Nesse sentido, a partir de resultados de uma pesquisa de doutorado, o artigo analisa a atuação e a trajetória da professora Maria Helena Silveira, concentrando-se nas décadas de 1960 a 1980. Para tal, utiliza o conceito de “arquivos em aparições transitórias” ao analisar as suas contribuições na formação de professores para programas de saúde, na década de 1970. A metodologia adotada combina as humanidades digitais, a “bola de neve”, a história oral e a pesquisa em fontes primárias em arquivos institucionais e pessoais. Os resultados iluminam processos históricos da interface entre educação e saúde, especialmente no período que remete à censura e à repressão, ao revelar a investigação de conteúdos interpretados como “contestatórios”. O estudo demonstra, assim, o potencial das trajetórias individuais para o debate sobre educação, saúde e democracia no Brasil.

Palavras-chave: Maria Helena Silveira. Educação. Saúde Pública. Arquivos.

Maria Helena Silveira: trajectory and contributions at the interface between education and health programs

Abstract

The historiography of education has made progress in recovering female protagonism. However, there are still unique figures to be explored. In this sense, based on the results of a doctoral research, this article analyzes the work and trajectory

of Professor Maria Helena Silveira, focusing on the 1960s to 1980s. To this end, it employs the concept of “archives in transient appearances” when analyzing her contributions to teacher formation for health programs in the 1970s. The methodology adopted combines digital humanities, the “snowball sampling” method, oral history, and primary source research in institutional and personal archives. The results illuminate historical processes at the interface between education and health, especially during the period associated with censorship and repression, by revealing the investigation of content interpreted as “contestatory.” The study thus demonstrates the potential of individual trajectories for the debate on education, health, and democracy in Brazil.

Keywords: Maria Helena Silveira. Education. Public Health. Archives.

Maria Helena Silveira: trayectoria y contribuciones en la interfaz entre la educación y los programas de salud

Resumen

2

La historiografía de la educación ha avanzado en la recuperación del protagonismo femenino. Sin embargo, aún quedan figuras singulares por explorar. En este sentido, a partir de los resultados de una investigación doctoral, el artículo analiza la actuación y la trayectoria de la profesora Maria Helena Silveira, centrándose en las décadas de 1960 a 1980. Para ello, utiliza el concepto de “archivos en apariciones transitorias” al analizar sus contribuciones a la formación de profesores para programas de salud en la década de 1970. La metodología adoptada combina las humanidades digitales, el método de “bola de nieve”, la historia oral y la investigación de fuentes primarias en archivos institucionales y personales. Los resultados iluminan los procesos históricos en la interfaz entre la educación y la salud, especialmente durante el período que remite a la censura y la represión, al revelar la investigación de contenidos interpretados como “contestatario”. El estudio demuestra así el potencial de las trayectorias individuales para el debate sobre la educación, la salud y la democracia en Brasil.

Palabras clave: Maria Helena Silveira. Educación. Salud Pública. Archivos.

Introdução

A pesquisa tem origem na análise da documentação de um treinamento de professores – o *Treinamento de professores de Estudos Sociais, Ciências e Educação Física, visando à integração de Programas de Saúde no currículo de 1º grau e normal* –, que ocorreu em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara, no ano de 1972. Em meio a esses documentos, preservados no acervo acadêmico da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), órgão específico singular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), um nome chamou a nossa atenção, ao qual se associavam uma rubrica, uma matrícula e uma função. Posteriormente, outros documentos referentes a essa personagem foram localizados de forma “dispersa”, em outros acervos, permitindo-nos identificar histórias e memórias que nos remetem à relação entre educação e programas de saúde.

Trata-se da professora Maria Helena Silveira: a gerente do Projeto 3², a produtora educacional do programa *Sítio do Pica-Pau-Amarelo*, da TV Globo, na década de 1970, a também crítica, mulher, professora, gestora e mãe, dentre outras funções. Sua trajetória e suas contribuições para pensar educação e saúde em tempos de ditadura são analisadas, neste artigo, a partir de resultados parciais da pesquisa de doutorado, de caráter histórico, que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vinculada à linha de pesquisa Instituições, Práticas Educativas e História³.

Como fontes, foram utilizados: os livros didáticos de Maria Helena Silveira publicados no final da década de 1960 e início da década de 1970, *Comunicação, expressão e cultura brasileira* (volumes 1 a 4) e *Português para o ginásio*; documentos do referido treinamento de professores, preservados no Arquivo Intermediário da ENSP; documentos localizados no Arquivo Permanente da ENSP e da Fiocruz, disponíveis para consulta na Casa de Oswaldo Cruz (COC); documentos disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e na base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dentre outros localizados na internet; documentos referentes à trajetória escolar, acadêmica e profissional de Maria Helena Silveira, presentes em arquivos pessoais e institucionais, como os localizados no acervo do Ginásio

e Escola Normal Santa Teresa de Jesus, em Livramento, no Rio Grande do Sul, e no Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIGAD/UFRJ).

A pesquisa se valeu também da história oral como fonte de investigação. Nesse sentido, destaca-se a entrevista com Carmen Beatriz, filha de Maria Helena Silveira, que forneceu as pistas iniciais que remeteram a atores chave, assim considerados por terem participado do treinamento de professores ou com potencial para indicar novas fontes para a construção da trajetória da educadora. A narrativa de Carmen sobre Maria Helena, mãe, nos convidou a refletir sobre diversas questões: gênero, arquivos, pontos de vista, visão de mundo, filosofias de ensino, comunicação na formação de cidadãos críticos e conscientes, luta por liberdade de expressão em tempos de censura e repressão. Os relatos memoriais foram cotejados com as fontes documentais localizadas nos diversos acervos consultados.

Em relação à metodologia, foram consideradas as humanidades digitais, que, segundo Ricardo Pimenta (2018), não precisam necessariamente ter a questão da tecnologia como objeto ou ponto de partida, podendo ser “[...] um método, o conjunto de ferramentas pelas quais eu indago um objeto” (Fiocruz, 2018). Um formulário específico⁴ foi encaminhado por e-mail ou WhatsApp, através da metodologia “bola de neve”. Segundo Juliana Vinuto:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203).

Assim, foi possível resgatar narrativas, memórias e histórias da formação de professores para os programas de saúde, no âmbito da Lei nº 5.692,

de 11 de agosto de 1971⁵, para compreender os fios que se relacionavam com Maria Helena Silveira.

A pesquisa se beneficia de teorias da história, da educação e de outros campos de conhecimento para analisar os dados e interpretar os resultados obtidos. Desse modo, utilizamos reflexões sobre gênero abordando a questão da “identidade” – “mulher/feminina” –, mas na diversidade de experiências.

Com o conceito “arquivos em aparições transitórias”, apresentado por Maria Teresa Santos Cunha na “Mesa e-História da Educação, acervos e fontes”, durante o XII Congresso Brasileiro de História da Educação, percebemos que personagens externas às instituições podem ser transitórias e ausentes em projetos de memória institucionais.

Privilegiamos o recorte temporal (1960-1980), a partir dos eixos temáticos Trajetória de Mulheres com Militância Política; Arquivos, Acervos, Fontes e Preservação Documental; Projetos Educacionais e Políticas Públicas. São temáticas que aproximam as autoras, integrantes do grupo de pesquisa Laboratório Educação e República: memórias docentes luso-brasileiras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)⁶.

Os elementos analisados na trajetória de Maria Helena nos estimulam a pensar a comunicação, a informação, o letramento, a cultura e a liberdade de expressão na educação para professores na saúde e em programas de saúde, em diálogo com os eixos temáticos mencionados.

O artigo destaca a relevância do estudo sobre Maria Helena e dos documentos de professoras, por guardarem histórias femininas que, de alguma forma, podem dialogar com as memórias das instituições de ensino.

A pesquisa busca contribuir para uma compreensão das implicações do passado no presente e para a construção de uma história da educação mais inclusiva, dando voz a mulheres que vivenciaram contextos de militância política educacional, mas que, até o momento, não foram protagonizadas na história da educação.

Entre documentos: encontro e reencontro com memórias e histórias sobre Maria Helena Silveira

O encontro do nome “Maria Helena Silveira” se deu na fase exploratória da pesquisa de doutorado, mais especificamente no desenvolvimento do projeto *Um presente do passado para lembrar no futuro: ENSP 70 anos*⁷, que contou com a participação de uma das autoras como profissional responsável. Esse projeto objetivou mobilizar a comunidade da ENSP em torno de discussões sobre gestão documental, história e memórias, considerando-se tanto os documentos guardados nos espaços institucionais, quanto aqueles que integram arquivos pessoais. Assim, foi possível retornar a alguns acontecimentos “[...] com reflexões específicas sobre o tratamento histórico do acontecimento [...]” (Revel, 2009, p. 85), o que contribuiu para a escolha do objeto da investigação.

6

Inicialmente, a pesquisa buscou compreender os possíveis usos e os objetos que permeiam acervos tidos como “acadêmicos”, analisando o acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) da ENSP para uma história da educação em interfaces com a saúde. Como desdobramento, passou-se a examinar a documentação de um treinamento que ocorreu na década de 1970 na ENSP – período em que a instituição ganhou a denominação de Instituto Castello Branco – para compreender o ensino da escola e a educação em saúde, inclusive como parte de projetos macros, que envolvem disputas, com impacto em ações e direcionamentos do cotidiano dos agentes públicos nas instituições.

Não foi por acaso, certamente, que a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) foi denominada Instituto Presidente Castello Branco entre agosto de 1970 e maio de 1976⁸. Segundo Mignot (1993), a mudança de nome tem uma historicidade. O período da ditadura foi marcado por profundas repressões políticas e sociais, que impactaram significativamente as instituições públicas.

Jairnilson Paim discorre sobre Sergio Arouca e Saúde Pública na composição do nome da ENSP e, em contraponto ao termo “saúde coletiva”, afirma que:

É possível recuperando a história de vários movimentos ideológicos e sociais que geraram campos científicos desde a emergência do capitalismo – eles têm portanto valores distintos, projetos distintos, compromissos distintos - e por que não muitas vezes lutas, das mais diversas – e se há uma marca muito precisa da saúde coletiva é a crítica – a crítica à saúde pública institucionalizada – porque, como nós construímos esse processo no âmbito da ditadura – isso tem a ver com as maneiras verticalizantes com que a saúde era cuidada e alguma maneira separando as ações de caráter coletivo com aquelas ações de caráter individual, assistencial, curativo [...] (Escola Nacional de Saúde Pública, 2014, grifo nosso).

A mudança de nome da Escola parecia ter relação, portanto, com as maneiras de pensar, de ser, de fazer saúde, educação, de construir a formação em/para saúde. Mas o que está no cerne de uma instituição de ensino? Quais são os limites e as potencialidades dos sujeitos nessas instituições?

A ENSP buscou conhecer os sujeitos e as políticas de educação e de saúde que permearam aquele período de ditadura.

O período de 1970 a 1974 caracterizou-se pela resistência e pela manutenção das atividades em condições de adversidade, que por sua vez acompanhavam o quadro político nacional, o de maior repressão durante o regime autoritário implantado em 1964 (Santos; Brito; Lima; Fonseca, 2004, p. 85).

7

A gerente do Projeto 3, Maria Helena Silveira, participou de uma das atividades da década de 1970⁹, o *Treinamento de professores de Estudos Sociais, Ciências e Educação Física, visando à integração de Programas de Saúde no currículo de 1º grau e normal*, que ocorreu em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara.

Nos documentos de memória institucional da ENSP/Fiocruz, não conseguimos informações específicas sobre a gestora. Cunha (2024) levou-nos a perceber Maria Helena Silveira como uma personagem transitória, no que diz respeito àquele arquivo institucional, no qual ela aparece apenas de forma tangencial, uma aparição efêmera.

As lacunas nos inquietaram e nos motivaram a buscar possíveis memórias e histórias. “Há, como se sabe, entre memória e história, entrelaçamentos e autonomias” (Reis, 2010, p. 171).

Desse modo, reconhecer Maria Helena como uma profissional do campo da educação e na condição de personagem transitória no campo da saúde direcionou a um esforço metodológico específico para rastrear suas conexões e contribuições em interfaces com a saúde.

Nesse sentido, a metodologia “bola de neve”, que, segundo Vinuto (2014, p. 203), “[...] pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados [...]” foi adotada como suporte tecnológico e um procedimento prático para recompor sua rede de atuação e conferir substância à análise de sua trajetória, que permaneceria esparsa de outra forma.

Assim, encontramos fora do contexto institucional da ENSP/Fiocruz documentos que nos remeteram ao contexto da ditadura. Neles, Maria Helena Silveira aparece como investigada, sendo o Projeto 3 a questão central, relacionada às restrições à liberdade de expressão impostas pelo regime ditatorial.

8

Nessa documentação, que atualmente integra o acervo do Arquivo Nacional (AN), conjunto documental produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) – órgão de vigilância e controle criado durante o regime, que desempenhou papel importante na repressão política, foram encontradas informações contendo dados pessoais e locais de trabalho de Maria Helena Silveira.

É preciso, no entanto, chamar atenção para o fato de que os registros documentais não se confundem com a verdade. Beatriz Kushnir (2006), quando estuda as informações contidas nos acervos do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (Dops/GB) e do órgão congênere de São Paulo (Deops), esclarece questões sobre o acesso à verdade e sobre a lógica da desconfiança. “O acervo permite tanto reconstituir uma trajetória do ‘fichado’, a partir da perspectiva do agente policial, como a do ‘fichador’” (Kushnir, 2006, p. 49).

Segundo o documento, Maria Helena lecionou no Colégio Estadual Marechal João Batista de Matos (antigo Pedro I) e no Colégio Estadual André Maurois. Com essas pistas, e considerando recursos que envolvem

humanidades digitais – como o aplicativo *Family Search*¹⁰, que Silva et al. (2024) analisam como uma fonte de informação confiável para estudos genealógicos em ambiente informacional digital –, acessamos Carmen Beatriz, filha de Maria Helena. Assim, agendamos uma conversa virtual, que ocorreu em fevereiro de 2024, via aplicativo Teams.

Para além dos documentos pessoais e textuais, compreendemos a relevância da história oral na construção da narrativa histórica. De acordo com Rousso (1996, p. 86), a utilização de arquivos “[...] escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, ‘virtuais’ (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) [...]” só ganha sentido quando relacionada à noção de “fonte”.

Com essa perspectiva, as entrevistas se tornam, então, vestígios relevantes do passado para compor um panorama da trajetória pessoal e profissional de Maria Helena Silveira.

Imagem 1 – Maria Helena Silveira no final da década de 1940



Fonte: aplicativo Family Search.

Em relação à pesquisa e à busca por fontes documentais, cabe destacar que Carmen nos possibilitou acesso a documentos pessoais, compartilhou algumas fotografias e nos esclareceu sobre o destino dado pelos herdeiros aos pertences de Maria Helena, dos quais se desfizeram em grande parte. A biblioteca foi desmontada e alguns livros foram doados. Do arquivo pessoal, permaneceram com a família apenas os documentos de maior valor probatório e afetivo, como os de identificação civil, cartas e fotografias.

Sobre a prática de seleção nos arquivos pessoais, afirmam Mignot e Cunha:

Os documentos que permanecem nos arquivos pessoais são aqueles que resistiram ao tempo, à censura de seus titulares e à triagem das famílias. Vez por outra, em determinadas situações de vida, estes documentos são relidos, rasgados, distribuídos, classificados. Passam sempre por inúmeros descartes: por falta de espaço, porque não se lembra mais do seu significado, porque o papel traz lembranças dolorosas, enfim, não faltam razões para que caiam no esquecimento. O mesmo acontece com os arquivos de educadores renomados e dos professores/as que atuam nas escolas (Mignot; Cunha, 2006, p. 55).

10

Imagem 2 – Maria Helena em 21/06/1990



Fonte: acervo pessoal Carmen Beatriz.

Carmem Beatriz nos apresentou a mãe, pelo seu olhar de filha, e nos direcionou a outros olhares, a partir dos quais fomos desvendando Maria Helena Silveira em alguns tempos e espaços: madrinha, amiga, aluna, professora, mulher.

Maria Helena nasceu no ano de 1931, em Livramento, interior do Rio Grande do Sul, na fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai. Cresceu em um ambiente rural, em uma família tradicional, que valorizava a educação. Ela começou a dar aulas na adolescência, no Colégio Santa Tereza, e teve uma vida pessoal marcada por desafios. Casou-se, mas divorciou-se e transferiu-se para o Rio de Janeiro, enfrentando as dificuldades de ser mulher, com reconhecimento intelectual, participação política, sem desistir da vida, dos filhos, da continuidade dos estudos e de sua carreira.

Faria e Silva (2010, p. 198), ao analisarem “[...] as composições reveladoras das vozes femininas presentes na poética de Chico Buarque de Holanda [...]”, nos levam a refletir sobre a mulher na década de 1970: “A mulher buarquiana nos anos 1970 saiu de casa, fechou a janela, experimentou novas identidades” (Faria; Silva, 2010, p. 202).

As questões centrais da conversa com Carmen foram sistematizadas possibilitando buscar personagens-chaves e encontrar outros arquivos. Com a sua autorização, acessamos documentos do Ginásio e da Escola Normal Santa Teresa de Jesus, em Livramento, no Rio Grande do Sul, e os confrontamos com as memórias relatadas.

Maria Helena se formou na Escola Normal Santa Teresa de Jesus e lá ministrou aulas de educação física e de higiene, na década de 1950, no Curso de Formação de Professores Primários, além de português, história e geografia no Curso Primário.

A década de 1970, central na pesquisa, foi um período de intensa atuação profissional e política de Maria Helena. Nessa época, foi nomeada para o cargo de diretora do Departamento de Ensino de 1º Grau, no Ministério da Educação e Cultura. Destacamos o potencial do fundo do Ministério da Educação e Cultura, custodiado pelo Arquivo Nacional, na unidade de Brasília, para o estudo de temáticas relacionadas à educação e ao período. Em 1971, iniciou como auxiliar de ensino para língua portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na pesquisa sobre a atuação de Maria Helena na UFRJ, o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística (SIGAD) se apresentou como um instrumento facilitador e com potencial para localização de informações e documentos relativos à trajetória da professora na universidade. A partir da consulta, analisamos um afastamento do país, em 1988, a participação no III Simpósio Internacional sobre o Ensino de Arte, em 1989, e a viagem para participar do Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE) em 2007.

Maria Helena participou de diversas atividades, dentre elas, da coordenação do projeto *Uma Escola, Um Sonho, Uma Realidade*. Esse projeto, destinado à “[...] implantação de uma escola voltada para o desenvolvimento da pesca, na qual se conjugaria o aprendizado da técnica pesqueira às exigências do ensino fundamental, foi idealizado em 1999 [...]” (Amorim; Silveira, 2006).

Destacamos a relevância do acesso aos arquivos para o qual concorrem de forma positiva a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), assim como a gestão documental, a colaboração e o atendimento qualificado nas instituições. No acesso aos arquivos, é fundamental considerar as questões éticas da pesquisa e a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018). As distâncias para o acesso, assim como os prazos e os recursos, geralmente escassos para as pesquisas acadêmicas, são elementos limitadores da consulta a fontes primárias.

Na pesquisa, a partir do eixo temático Arquivos, Acervos, Fontes e Preservação Documental, temos analisado também questões como a dispersão dos documentos – ou seja, a “[...] fragmentação da totalidade de um arquivo, cujas partes são divididas entre diferentes instituições [...]” (Costa, 2019, p. 48) –, os modos de organização dos arquivos institucionais e os arquivos de professoras.

Com o aprofundamento da pesquisa, esperamos compreender melhor o contexto histórico em que Maria Helena Silveira viveu e o impacto de suas ideias na educação brasileira. Por ora, compartilhamos documentos, memórias e reflexões que buscam contribuir para pensar educação, saúde e tempos de ditadura no Brasil.

Compreender os documentos: pensar educação e saúde em tempos de ditadura

Em um contexto marcado pela desinformação e pela manipulação das informações, a história torna-se necessária para a justiça social. Manoel Barral Netto (2025), na aula inaugural do ano letivo da ENSP, chamou atenção para a necessidade de ampliarmos conhecimentos e informações para o enfrentamento dos desconhecimentos e das desinformações.

Nesse sentido, pretende-se ecoar o imperativo de uma história da educação em defesa da democracia, campo de atuação e conhecimento em que encontramos sequelas, mais especificamente em razão do contexto político nacional enfrentado entre 2019 e 2022, “[...] marcado por atritos com o Judiciário, por ameaças à democracia e pela pandemia de covid-19”. (Ferreira Junior). Acreditamos ser importante aproximar as novas gerações de temáticas, como educação, saúde, tempos de ditadura, arquivos e gênero, duramente atingidas no período de estado de exceção que marcou a história recente do país. Passamos, assim, a refletir sobre o legado de Maria Helena Silveira, considerando que os seus documentos e os que localizamos sobre ela podem contribuir para aprofundar essas discussões, tão necessárias e urgentes.

As restrições à comunicação e à liberdade de expressão foram evidentes e impactaram a formação de professores no regime de exceção que vigorava na década de 1970 como se pode conferir em documento do SNI, no trecho destacado:

Tem causado surpresa, a orientação que vem sendo dada aos cursos ministrados aos professores, pelo cunho de contestação às gerações passadas e sentido que poderia ser interpretado como marxista. Entre os mentores de tais cursos, encontra-se Maria Helena Silveira (Arquivo Nacional, 1972, p. 1).

Segundo Sandra Reimão (2014, p. 75): “Uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes.”

Ao analisar pareceres de censura do período da ditadura militar, Reimão (2013) aponta que a justificativa apresentada para a proibição do livro didático *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, que visava a conscientizar os alunos sobre suas condições sanitárias e promover hábitos saudáveis, era o receio de que professores despreparados pudessem distorcer as informações, prejudicando os jovens brasileiros.

A educação precisa ser compreendida para além de ensinamentos, mas como processos interligados às culturas, objetivando nossas sobrevivências como bem maior. Para isso, o professor necessita ter uma formação voltada a entender a existência de diferentes visões de mundo e de pontos de vista, sem perder o aspecto primordial da educação escolar, pública ou privada, que acreditamos que deva ser coletiva.

Dessa maneira, a formação de professores críticos, participativos e conscientes de seus direitos e deveres pressupõe a compreensão dos modelos de sociedades, educações e culturas, assim como das disputas que se relacionam a territórios (atualmente considerando também o ambiente virtual), conhecimentos, poderes e projetos de vida.

14 A escola tem um papel fundamental na promoção da educação democrática. Ela deve ser um espaço de diálogo, de respeito e de participação, em que todos se sintam valorizados e incluídos. A educação fundamentada na democracia é um processo contínuo e desafiador, mas essencial para a construção de um futuro mais justo para todos.

Manuel Gonçalves Barbosa (2020) afirma que a democracia é indissociável da educação e que não existe democracia sem democratas. Pensando nos profissionais da educação e da saúde e visando ao fortalecimento do processo democrático, passamos a apresentar contribuições e a escrever essa história da educação em suas interfaces com a saúde pública/coletiva.

Ao localizarmos um documento com a “aparente” informação que buscamos, precisamos nos atentar para os motivos de seu registro, sua preservação e disponibilidade. Como bem, pondera Foucault (2023), deve-se considerar a noção de arquivo enquanto discurso, com mutações de conhecimentos. O arquivo não se configura como um mero repositório de

informações, mas, sim, como um espaço de poder que organiza, seleciona e preserva determinados discursos, silenciando outros.

Encontramos indícios em jornais da participação de Maria Helena em simpósios, dentre outras atividades, promovendo a Reforma no Ensino (Lei de 1971). Em um deles, de junho de 1975, consta uma denúncia feita por ela sobre a precariedade das escolas públicas. Logo em seguida, ocorreu a sua exoneração¹¹.

Zanlorenzi (2010), que aborda a imprensa como fonte de pesquisa para história da educação, pondera:

[É] necessário que o pesquisador tenha conhecimento que a imprensa escrita expressa o ponto de vista tendenciosamente daqueles que a produzem, porém esse é o ponto que o pesquisador irá ampliar, pois não há uma disputa entre o certo e o errado, mas sim o desvelar das ideologias presentes e a forma de persuasão utilizada, para influir socialmente (Zanlorenzi, 2010, p. 65).

Leonor Maria Tanuri (2000) recupera a história dos professores na conjuntura pós-1964 e esclarece que:

[As] preocupações da literatura educacional, dos conteúdos curriculares e dos treinamentos dos professores deslocam-se principalmente para os aspectos internos da escola, para os “meio” destinados a “modernizar” a prática docente, para a “operacionalização” dos objetivos – instrucionais e comportamentais –, para o “planejamento, e coordenação e o controle” das atividades, para os “métodos e técnicas” de avaliação, para a utilização de novas tecnologias de ensino, então referentes sobretudo a “recursos audiovisuais”. Tratava-se de tornar a escola “eficiente e produtiva”, ou seja, de torná-la operacional com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país, para a segurança nacional (Tanuri, 2000, p. 79).

○ que pensava Maria Helena sobre tecnologias na educação? Em 1999, acontecia, em Fortaleza, uma capacitação de gerentes do Programa TV Escola. Maria Helena palestrou sobre *Motivação e Sensibilização para Utilização das Novas Tecnologias no Âmbito dos Programas EAD / TV Escola*, no painel *Utilização Pedagógica do Programa TV Escola*. Ela enfatizava a necessidade de uma abordagem científica na educação, que buscasse

compreender e superar as generalizações existentes, em vez de apenas reproduzi-las. Maria Helena também destacava a importância de não deixar a educação ser dominada por tecnologias com objetivos puramente econômicos, e de não permitir que a metodologia substituísse o **método** (Ministério da Educação, 1999).

A professora apontava a preocupação com a desumanização nos processos educacionais. Em 1976, expressou sua crítica ao modelo de avaliação objetiva que se impunha nos concursos para o magistério. Ela denunciava a crescente desvalorização da subjetividade docente e a consequente perda de autonomia dos professores na avaliação de seus alunos. Segundo Maria Helena:

Em algum momento se julgou que a subjetividade do professor poderia ser confundida com desonestidade e aos poucos a objetividade foi invadindo todos os campos da educação, retirando a responsabilidade de avaliar de quem legitimamente tem que exercê-la (Concurso... 1976).

16 Essa crítica – que precisa ser contextualizada em relação às reformas educacionais e às políticas governamentais da época – ainda atravessa os debates contemporâneos sobre avaliação educacional. A busca por uma avaliação mais humana, que valorize a diversidade e as particularidades de cada aluno, é uma demanda cada vez mais urgente. Ao recuperar sua fala, destacamos a importância de refletir sobre as implicações da objetividade excessiva na educação e da tecnologia na formação de professores.

Os professores precisam de autonomia para mediar os processos educacionais, considerando projetos validados coletivamente, especificidades locais e contextos em que aquela comunidade se encontra. Afinal, compreendemos a educação como um processo dinâmico e que requer sensibilidades e compartilhamentos de conhecimentos para ser plenamente efetivada.

A seguir, destacamos outras temáticas que permearam a trajetória de Maria Helena no campo da educação, como a questão do livro e do livro didático. Faria (1997), com um olhar feminino sobre a “Ideologia e utopia nos anos 60”, tal como expresso no título de sua obra, esclarece que: “Os livros

libertavam, transmitiam informação e saber e foram cassados, o que só vem reforçar a representação de seu caráter libertário, passível, por isso mesmo, de condenação por parte dos órgãos repressores” (Faria, 1997, p. 119).

Maria Helena não só lia, mas escrevia. No final da década de 1960 e na década de 1970, publicou livros didáticos comentados por importantes escritores brasileiros. Affonso Romano de Sant’anna (1973), no texto *A escola mais risonha e talvez a mais franca*, tece elogios ao livro publicado por Maria Helena no ano de 1973. Fernando Sabino (1974), em *A última flor do Lácio inculca e bela*, destaca Maria Helena como “outra das melhores, segundo ele ouviu dizer” e afirma que o seu livro possui “apresentação gráfica admirável”.

Imagem 3 – Alguns livros didáticos publicados por Maria Helena Silveira



Fonte: imagem das autoras

Maria Helena tinha quais objetivos ao produzir os materiais didáticos? Na apresentação do livro *Comunicação, expressão e cultura brasileira 4*, a professora esclarece.

Os objetivos são altos, as intenções se orientam pelo respeito aos jovens confiados ao trabalho de uma escola aberta e confiantes em seus orientadores. Mas, que seria do homem se não fosse a utopia a animá-los a andar, abrindo-lhe as janelas do futuro? (Silveira, 1973, p. 8).

Juliana Miranda Filgueiras (2025) contribui para a compreensão da temática dos livros didáticos no período ao explorar a Comissão do Livro

Técnico e do Livro Didático (COLTED) e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME).

Os dois órgãos foram criados pelo MEC nos anos 1960, mas possuíam diretrizes diferentes para os livros didáticos. Enquanto a Colted tinha o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a Fename deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo (Filgueiras, 2025, p. 85).

Enquanto produtora educacional da série *Sítio do Pica-Pau-Amarelo*, Maria Helena deu entrevistas, fez análises e rebateu críticas à adaptação da obra de Lobato para a televisão.

No Sítio, tivemos toda uma preocupação com a memória histórica do país. Quisemos recriar o Brasil dos anos 20, o Brasil de Monteiro Lobato. Para isto, trabalhávamos também com outros autores, como, por exemplo, Mário de Andrade, que tinha uma visão menos conservadora do país. É claro que em um programa voltado para crianças, tivemos que tomar alguns cuidados, como, por exemplo, excluir do roteiro frases racistas proferidas pela boneca Emília em relação a Anastácia (Silveira, 2004, p. 23).

18

Em 1978, trinta anos após a morte de Monteiro Lobato, Maria Helena analisou a obra do autor no *Guia semanal de ideias e publicações*, do *Jornal do Brasil*, com uma abordagem que, aparentemente, buscava o equilíbrio, valorizando as contribuições de Lobato e, ao mesmo tempo, promovendo uma reflexão sobre os aspectos negativos de sua obra.

Ele foi um antecipador, esteve no meio do caminho em relação à criação verbal, o que apareceria depois em Guimarães Rosa, mas também deixou transparecer em seus livros para crianças preconceitos em relação ao negro e à mulher (Silveira, 1978, p. 11).

Ao nos debruçarmos sobre a trajetória de Maria Helena, atravessada também por críticas, livros e literatura, encontramos um universo de saberes e práticas pedagógicas e de gestão educacional que moldaram o passado e influenciam o presente. Tais histórias e memórias nos estimulam a seguir na investigação sobre as pluralidades e as singularidades do universo feminino.

Considerações finais

O artigo confere protagonismo à Maria Helena Silveira, percebida como uma personagem relevante para a história da educação, quando localizada em documentos acadêmicos, no desenvolvimento de um projeto de memória institucional em comemoração aos 70 anos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

A análise documental, norteadada pelo conceito de “arquivos em aparições transitórias”, possibilitou identificar o potencial das trajetórias individuais, especialmente das educadoras femininas, para debates históricos.

Com um retorno a acontecimentos do passado, o estudo da trajetória de Maria Helena, no campo da educação, e a análise das suas contribuições, no campo da saúde pública, levaram a uma nova perspectiva de investigação e ofereceram um olhar sobre os processos de ensino na ENSP e as políticas de formação de professores para programas de saúde.

A pesquisa analisa que a história das instituições se entrelaça à história de campos de prática e conhecimentos, que se interrelacionam à história de diversos sujeitos. Nesse sentido, analisar personagens transitórias, cujas memórias não são tão evidentes em projetos de memória institucional, em fontes oficiais, como Maria Helena Silveira, pode oferecer pistas relevantes sobre contextos, disputas e posicionamentos em conflito.

Compartilhamos documentos, memórias e reflexões, a fim de contribuir para a construção de uma historiografia da educação, em interfaces com a saúde pública/coletiva, plural e democrática, reconhecendo a relevância de sujeitos, por vezes, invisibilizados, que integraram os processos ou se relacionaram de alguma forma com eles.

Ainda há muito a ser explorado e a pesquisa busca abrir caminhos para novas investigações, com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre as histórias e as memórias de Maria Helena Silveira, as temáticas que permeiam sua trajetória, além de pesquisas que reconheçam outras personagens transitórias e temáticas na interface educação e saúde, a partir das metodologias adotadas.

Notas

1. O artigo é derivado do Projeto de Pesquisa "Mulheres e educação: entre o prescrito, o escrito e o vivido" financiado por meio do Edital Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 44/2024 – Universal.
2. Um dos projetos prioritários que vieram a compor o Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 1972/1974 – Projeto do Setor do Ensino de 1° Grau – Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal (Pamplona, 73, p. 22-24)
3. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Certificado de Apresentação de Apreciação Ética 86501325.8.0000.5282.
4. Google Forms. Disponível em: <https://forms.gle/6gt5xkegqvUAj9ca6>. Acesso em 14 set. 2024.
5. Revogada – Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.
6. Grupo de pesquisa certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/87282>. Acesso em: 20 mar. 2025.
7. Informações adicionais em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/e-book-um-presente-do-passado-para-lembrar-no-futuro-vers%C3%A3o-final-2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.
8. Cf. Portaria n. 263, de 8 de setembro de 1970. Disponível em: <https://memoria.coc.fiocruz.br/index.php/portaria-no-263>. Acesso em: 24 abr. 2024.
9. Acervo SECA/ENSP – Caixa Box 89, Pasta 5.
10. Disponível em <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 28 dez. 2023.
11. Reportagem do Diário de Notícias comunicando a exoneração de Maria Helena Silveira. Hemeroteca Digital.

20

Referências

AMORIM, Fernando; SILVEIRA, Maria Helena. Uma Escola Um Sonho Uma Realidade 2006. In: **Acervo – Fernando Amorim**. Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social. UFRJ – Brasil. Disponível em: <https://nides.ufrj.br/index.php/programas/ufrjmar/24-acervo-fernando-amorim/52-uma-escola-um-sonho-uma-realidade>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). **Fundo Serviço Nacional de Informações** – BR DFANBSB V8. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BARBOSA, Manuel Gonçalves. Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo v. 50, n. 177, p. 759–773, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7147>. Acesso em: 3 maio. 2025.

BARRAL NETTO, Manoel. **Abertura do Ano Letivo Escola Nacional de Saúde Pública 2025 - Ciência e Comunicação**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Youtube 12 de março de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D1aNiFXsq38>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, Seção 1, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1. E 2 graus e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

CONCURSO para o magistério começa com o mínimo de faltas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro n. 207, de 1 de nov. 1976, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Maria%20Helena%20Silveira%22&pagfis=83235. Acesso em: 1º ago. 2024.

COSTA, Mariana Tavares de Melo. **Dispersão em arquivos pessoais**: um estudo exploratório. Orientada por Aline Lopes de Lacerda. 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2019. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2017/costa-mariana-tavares-de-melo-dispersao-em-arquivos-pessoais-um-estudo-exploratorio>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Mesa e-História da Educação acervos e fontes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 12, Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2024.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Abertura do ano letivo ENSP 2014 com Jairnilson Paim** – melhores momentos. Rio de Janeiro: Fiocruz. Youtube 28 de março de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuUXD0SjIpE&t=53s>. Acesso em: 9 maio 2024.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60**: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EduERJ 1997.

FARIA, Lia; SILVA Leonardo Nolasco. Lendo e ouvindo Chico Buarque: canções no feminino/masculino. **Revista Gênero**, Niterói v. 11 n. 1, 2010. (Dossiê Vozes memórias e caminhos percorridos: no masculino e no feminino).

FERREIRA JUNIOR, Jair Messias. Governo Bolsonaro. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **Revista História da Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 45, p. 85-102, jan. 2015.

FIOCRUZ. **Encontro às Quintas** – Ricardo Pimenta. Rio de Janeiro: Fiocruz. Youtube 21 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=03IA8V8lZXY>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FOUCAULT Michel. *Le discours philosophique*. Paris: Gallimard 2023.

ESCOLA Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica** (1926 a 1979). Rio de Janeiro: Fiocruz (s.d.).

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 42 n. 1 p. 41-51 jan./jun. 2006.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 74 n. 178, p. 619-638 set./dez. 1993.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25 n. 11 p. 40-61 2006. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563959957004>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. **TV Escola**: projeto de gestão compartilhada. Relatório técnico do evento de capacitação de gerentes do Programa TV Escola. Fortaleza nov. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/reltecnicos/6CapacitacaodeGerentesCE.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PAMPLONA, Confúcio. **Ministério da Educação e Cultura**. A política e o plano setorial de educação e cultura – 1973. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25140. Acesso em: 8 nov. 2023.

REIMÃO, Sandra. O Livro Programa de Saúde: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira. **História Ciências Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro v. 20, p. 1393-1401, nov. 2013.

REIMÃO, Sandra. Proíbo a publicação e circulação...: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90 jan. 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan. 2010.

REVEL, Jacques. Retornar ao acontecimento: um itinerário historiográfico. In: **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Eduerj 2009.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 17 p. 85-92 1996. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2019>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SABINO, Fernando. A última flor do Lácio inculca e bela. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro n. 354, 1º abr. 1974. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Maria%20Helena%20Silveira%22&pagfis=31594. Acesso em: 2 maio 2025.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. A escola mais risonha e talvez mais franca. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 199, 25 ago. 1973. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Maria%20helen%20silveira%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=16276. Acesso em: 2 maio 2025.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; BRITO, Verônica Martins de; LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina Maria Loveira. A Ensp e as transformações na sociedade e no sistema de saúde no Brasil: 1970 a 1985. In: LIMA Nísia Trindade; FONSECA, Cristina Maria Loveira; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ 2004.

SILVA, Gisele Beatriz de Araújo; DAVI, Maria da Conceição; CAMPOS, Arthur Ferreira. Estudo de caso do site FamilySearch como fonte de informação genealógica. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2064>. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVEIRA, Maria Helena. **Comunicação, expressão e cultura brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes 1972 (v. 1).

SILVEIRA, Maria Helena. **Comunicação, expressão e cultura brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes 1972 (v. 2).

SILVEIRA, Maria Helena. **Comunicação, expressão e cultura brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes 1973 (v. 3).

SILVEIRA, Maria Helena. **Comunicação, expressão e cultura brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes 1973 (v. 4).

24

SILVEIRA, Maria Helena. In.: Preocupação com a memória histórica do país. **Nós da Escola**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 21, 2004. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/media/PDF/pdf_1486.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVEIRA, Maria Helena. **Português para o ginásio 1**. Petrópolis: Vozes 1970.

SILVEIRA, Maria Helena. Uma indispensável releitura. **Jornal do Brasil**, n. 91, Rio de Janeiro p. 11, 8 jun. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Maria%20Helena%20Silveira%22&pagfis=128844. Acesso em: 2 maio 2025.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio, 2000.

SISTEMA Informatizado de Gestão Arquivística (SIGAD). **SERAD - Serviços Administrativos**. UFRJ. Disponível em: <https://sigad.ufrj.br/sisserad/Pesquisar.php>. Acesso em: 14 nov. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 3 maio. 2025.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da educação fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 60-71, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806>. Acesso em: 8 ago. 2023.

Prof.^a Dr.^a Lia Ciomar Macedo de Faria
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório Educação e República:
memórias docentes luso-brasileiras (LER)
Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-9172-9934>
E-mail: liafolia11@gmail.com

25

Ms. Adriana Coimbra Buin Lins
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Rio de Janeiro – Brasil)
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Grupo de Pesquisa Laboratório Educação e República: memórias docentes
luso-brasileiras (LER)
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-4720-5786>
E-mail: dricacblins@gmail.com

Recebido em 27 jun. 2025

Aceito em 20 out. 2025



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.